

PREFÁCIO

Foi com enorme gosto e honra que aceitei, sem quaisquer hesitações, o convite de José Magalhães para redigir o prefácio para um trabalho que me parece excelente enquanto estudo, e importante e oportuno se tivermos em vista os tempos difíceis que correm. Muito me admiraria se este estudo não vier a ter o impacto que, a meu ver, tanto merece.

Um curto pano de fundo. Em 1995, o Autor deste ensaio escreveu um livro com o título em simultâneo claro e enigmático: *Roteiro Prático da Internet*. Nessa retoma de um 'neolítico' *redux*, muitos foram os que se interrogaram sobre as eventuais razões que teriam levado um político e deputado eleito a conduzir a bom termo essa verdadeira empreitada, tão inovadora quão inesperada. Mas bastava conhecê-lo - e ao seu percurso político e intelectual - para compreender tanto o gesto quanto a intenção de alguém acordado para o Mundo profundamente alterado. Muitos foram aqueles que, olhando para trás, assumiram posicionamentos que se foram adequando às leituras que foram fazendo do andar moroso da política e cada vez mais internalizada (e muitas vezes 'autística', no 'espectro') da carruagem. Nada de muito surpreendente, numa conjuntura de transição como aquela que, em tantos planos, vertiginosamente, foi, célere, acelerando o passo.

Com os benefícios da retrospeção, outra coisa não seria de esperar. As enormes transições que de uma ordem mundial em mudança tinha, de facto, trazido imensas coisas novas; entre elas aquilo que o Presidente norte-americano Dwight Eisenhower apelidou de "complexos militares-industriais" que as duas ou três décadas anteriores tinham feito crescer e depressa avultaram catadupas de metamorfoses e metásteses, tanto institucional como politicamente. Forças essas que depressa se exprimiram como entidades consolidadas com que tivemos de vir a contar. Eisenhower soletrou e enunciou, no notável discurso de despedida no fim do seu segundo mandato como Presidente, quais as pressões sistémicas que punham em risco uma Democracia que julgávamos tinha vencido e estava assegurada. Segundo Eisenhower, a grande ameaça para a Democracia, no seu país, vinha de dentro.

Da(s) guerra(s) saíram inovações tecnológicas (e.g., dos radares à Internet às bombas atómicas e aos foguetões) e floresceram mudanças políticas de peso (por exemplo, as descolonizações que tanto os EUA como a URSS fomentaram depressa levaram a mais do que um triplicar do número de Estados existentes, depressa ultrapassando as meras seis dezenas dos existentes em 1945. A par e passo, os palcos internacionais foram-se modificando. Organizações regionais, internacionais e globais começaram a ascender em flecha. Um novo multilateralismo, de laivos mais Hobbesianos, surgiu com uma ONU em rede, substituindo o idealismo Kantiano da Sociedade das Nações (SDN), umas Nações Unidas agora com um Conselho de Segurança e uma série de outras inovações que a SDN não tinha. Com a Segunda Guerra Mundial e a exequibilidade prática de dar bons resultados a um projeto de idealismo voluntarista do Presidente Woodrow Wilson viu-se transformada, embora mantivesse (e mantenha) laivos de um "Parlamento da Humanidade", que mimetiza um Estado global ao juntar uma Assembleia Geral que pretende representar um *demos* cosmopolita com, hoje, 193 Estados-membros, entidades sectoriais que se aproximam de Ministérios, um Tribunal Internacional em Haia, um Secretário-Geral que "preside" enquanto órgão, e um Conselho de Segurança cujo figurino não se distancia muito de um Conselho de Estado com capacidades quantas vezes mais eficazes do que o são os Conselhos seus "equivalentes laterais"

dos Estados-membros, permanentes e não-permanentes, que o integram. Lentamente e nem sempre de maneira segura e eficaz, as economias começaram a esboçar modificações de fundo, umas melhores que outras, mas apostando todas numa melhoria das condições de um sistema e de uma ordem internacional que tinha de ser alterada. E mecanismos de regulação da nova ordem internacional emergente depressa entraram em campo, com o duplo intuito de não perder o barco e de tentar conter os novos ventos que sopravam. Foi encetado um processo de adaptação a mudanças ainda em curso – e são mudanças que vêm para ficar e cuja aceleração é mais do que previsível.

José Magalhães, para além de político, sempre foi um académico fascinado pelo papel crescente das novas tecnologias a que a Guerra Fria tinha dado azo, no rescaldo de uma Segunda Guerra Mundial que descambou depois da derrota do Eixo germano-italo-japonês, ao quase soçobrar numa Guerra Fria, que viu os Aliados a dividir-se uns contra os outros – criando, no processo, um mundo bipolar que depressa, desta feita, suscitou novas tensões. José Magalhães viveu muitos dos conflitos que se foram sucedendo uns aos outros e foi alterando a sua posição e postura. Saiu de um partido, tornou-se independente e ingressou depois noutra assumindo nele lugares importantes. A sua formação, tanto pessoal como intelectual ajudaram-no, decerto, a saber reposicionar-se. Aos resultados de alto nível que sempre teve na sua formação académica, como mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito Universidade de Coimbra e docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos dois casos com altíssimas classificações, convergiram com a sua “recalibração” político-ideológica e levaram-no, com cautela q.b., a escolher um tema ligado ao que via como o futuro, o de um mundo tecnológico que iria mudar tudo na política e no nosso devir coletivo. A meu ver, acertou em cheio.

Com efeito, não tardou muito, ao tornar-se evidente que se tratava e mostrar que a grande novidade chamada Internet deveria estar ao alcance de todos, sendo muito mais do que aquilo que, para a então ARPA (o acrónimo da *Advanced Research Projects Agency*), era fundamental: garantir comunicações militares intocadas mesmo depois de uma *all out nuclear war* que se entrevia como possível num horizonte distópico. A *net* resiliente que daí resultou, depressa se percebeu, permitia muito mais e numa geração tal se tornou mais do que evidente. O salto, a meu ver, foi enorme, porventura de uma escala comparável à da transição do Paleolítico para o Neolítico: tudo mudou em vários domínios, designadamente o da evolução das comunidades políticas em movimento. Do analógico, passou-se, num ápice, ao digital; o que abriu portas inesperadas. Milhares de utilizadores usaram o *Roteiro* que o Autor escreveu e publicou, aprendendo assim a lidar com o abc básico do sobre como usar as novíssimas ferramentas que, com rapidez, começaram a aparecer num Mundo cada vez mais interdependente e mais global.

Fez muitíssimo bem o nosso José Magalhães ao publicar o seu *Roteiro* – e ao introduzir, pouco a pouco, a digitalização num Parlamento renitente a mudanças. A batalha foi ganha. Educou-os, e as novas gerações de deputados seguiram as passadas de uma sociedade civil que aderiu, quase que de um dia para o outro, ao que então era visto com um idealismo quase eufórico que muitos críticos mais cautelosos apelidaram de “ciber-utopianismo”, vendo o evento como um milagre comunicacional que a todos iria beneficiar. Os “nativos digitais”, como foram apelidados, nasceram com a Internet; as gerações mais velhas tiveram que aprender a com ela conviver num “bêàbà” nem sempre fácil de digerir. O combate travado contra a infoexclusão rapidamente se tornou num ponto de um amplo consenso político – depressa emergindo como uma realidade que beneficiou e continuará decerto a fazê-lo (para o bem e para o mal, há que acautelar) milhões de portugueses. Com efeito, nem tudo corria bem no Reino da Dinamarca. De vírus a *hackers*, de uma *net* a uma *dark net*, a política e a criminalidade levaram a cabeça no Mundo novo que emergia e arreganharam os dentes. A *net*, longe

de apenas criar um mundo novo utópico, continha também uma *dark side* que a todos se tornou evidente.

Ao tomar a decisão de escrever e publicar o presente livro, José Magalhães em boa hora decidiu, em meados de 2023, repetir um novo e amplo passo em frente ao dar à estampa um ensaio que visa lançar alertas de peso. Trata-se de um trabalho cuidado e meticoloso que, no essencial, versa a imprescindível defesa dos vetustos direitos humanos na novíssima era digital. Da sua perspectiva, mais uma vez, fazê-lo tornou-se numa questão vital. Um ponto relativamente ao qual é difícil discordar. Sem sombra de dúvida, impressiona a diversidade dos temas tratados na obra que tenho o gosto de prefaciá-lo. Num texto coeso e no seu estilo aberto e irreverente, é de sublinhar a constante e marcada preocupação pedagógica de trazer ao debate público temas de que se fala pouco em Portugal. Arriscando, com isso, opiniões polémicas e apelando sempre, sempre, a um pensamento crítico que faz questão de suscitar mal vê, para isso, uma oportunidade de nos acordar. Um ponto a que irei regressar abaixo.

Nas múltiplas discussões que tivemos em quadros académicos, mas também no recato de uma amizade pessoal que se foi consolidando (no que, seguindo Albert Einstein, vejo como a *time dilation bubble*), tomei a liberdade de ir chamando a atenção do Autor para os problemas geo-estratégicos que a fragmentação da Internet já nos está a colocar – e para a qual nos está a chamar, cada vez mais, a atenção. O sonho dos fundadores de uma Internet universal e “benévola” é hoje de realização cada vez mais difícil. De novo com os benefícios da retrospção nada disto nos deveria surpreender – de resto, vozes têm-se levantado, muitas vezes com um alarme explícito, para as consequências políticas e económicas que advêm de uma transição tão rápida quanto inesperada. A emergência rápida de algoritmos que geram e apoiam a novidade a que dá corpo e organicidade à chamada Inteligência Artificial (IA) não vem sozinha. Acrescenta-se-lhe um novo tipo de computação, a computação quântica, que acelera processos numa escala notável e, para muitos, politicamente assustadora. Aquilo que está em causa, com estas e outras mudanças que tudo isto potencia, é de largo espectro: percorre o espaço de um crescimento abrupto de duras perdas de privacidade a desigualdades sociais de difícil reversão, eivadas de consequências potencialmente catastróficas se não forem bem geridas, chegando a colocar em dúvida o nosso futuro democrático ao dar aso a populismos fáceis de montar e muito difíceis de combater.

Dada a sua formação académica e tendo em conta o(s) seu(s) percurso(s) profissionais e políticos, não constituirá uma surpresa que o ponto focal de problemas jurídicos suscitados pelo cada vez mais complexo mundo digital se vejam encarados e tidos como questões centrais. O ponto central deste notável ensaio é a preocupação do Autor em falar para e com os cidadãos. Os seus pontos de aplicação são, nesse sentido, óbvios: os Direitos Humanos podem e devem ser protegidos e ampliados pelas ferramentas do mundo digital; se assim não for, serão triturados. As instituições que as democracias herdaram do passado têm dificuldade em dar resposta aos desafios regulatórios que todos os dias se multiplicam e nos saltam à vista. Mas estão a fazê-lo como assimetrias e *timings* sempre menos velozes do que os das inovações tecnológicas que vão aparecendo com uma velocidade vertiginosa. Não será, decerto, exagerado ou reducionista sublinhar que a preocupação maior de José Magalhães é de nos alertar para a necessidade de autodefesa dos “cibernautas”, uma expressão de que ele gosta, porventura num eco de uma Era Espacial competitiva e, de algum modo, em retoma, na qual o Autor cresceu.

Neste estudo, José Magalhães trata menos do ecossistema infelizmente cada vez maior das ciberditaduras e do uso de meios digitais para vigilância dos cidadãos. Ciberditaduras algorítmicas (para usar uma expressão de que o Autor manifestamente gosta de utilizar) comuns em Estados como a China, para só dar um exemplo; ou nos

avisos de Shoshana Zuboff no seu *The Age of Surveillance Capitalism* e de inúmeros outros que a antecederam e se lhe seguiram as pegadas que aqui me escuso de citar. José Magalhães, com o recato de alguém que sobre isto escreveu, trabalhou e legiferou com enorme sucesso, também não aborda, senão ao de leve, o uso das redes digitais para a prática de crimes, incluindo o ciberterrorismo – embora esteja convicto de que se trata de um fenómeno cujo agravamento é mais do que previsível. O mesmo pode dizer-se da famigerada Ciberguerra que se encontra hoje em dia em curso que, sublinho, me parece ter sido encetada em 2008 com a invasão da Geórgia por uma Federação Russa que a invadiu e parcialmente desmembrou, uma guerra “híbrida” que retomou em 2014 no Donbass e na Crimeia (que “anexou”, ao arrepio do Direito Internacional Humanitário *tout court*, e da Carta das Nações Unidas), ao invadir a Ucrânia, e que agora se agudiza neste segundo ano de uma guerra cuja intensidade e brutalidade se não via na Europa desde 1945.

Permito-me voltar atrás, aos primeiros parágrafos deste prefácio. O novo estudo que os Leitores têm entre mãos, parece-me claro, não é mais do que um novo esforço conduzido com maestria num percurso pessoal que tem já décadas. Mas agora noutra patamar, lançando a rede num arco mais amplo, mas também menos genérico e mais focado, José Magalhães torna claro que não pretende, aqui, falar de tudo. Parece-me, de resto, um ponto importante e de louvar. Apesar da diversidade e quantidade de temas tratados, a obra foge à tentação do enciclopedismo e não posso senão saudar e encarar com humildade o Autor face à manifesta impossibilidade de abordar toda a explosão adveniente das enormes mudanças em curso. É certo que, na parte dedicada à IA, este livro ajuda a compreender os desafios regulatórios que ela coloca mas seria pedir o impossível que refletisse as novidades que cada dia surgem. As novas ferramentas multiplicam-se e além das referidas no texto, a Google lançou o seu Bard. O *Metaverse* de Mark Zuckerberg e depois clonado por muitos outros, ocupa a parte final do ensaio e oferece uma quantidade substancial de dados objetivos para quem o lê; os mundos virtuais prometidos pela Meta terão um retumbante êxito ou tornar-se-ão num enorme fracasso. A ver vamos... confesso que, com as alterações e reajustes que Zuckerberg tem vindo a levar a cabo, fico sem perceber qual o futuro e conteúdo que ele que dar ao *Metaverse*.

Mas se é certo que se trata de uma retoma, aquilo que o Autor tem em mente, parece-me, indubitavelmente, dar corpo a uma sua preocupação de fundo. A meu ver, de novo, a preocupação é a seguinte: como tem sido amplamente o caso nos Estados Unidos da América, será suficiente a auto-regulação das *new technologies*, incluindo, naturalmente, aquelas a que José Magalhães faz aqui alusão? Ou é imprescindível que haja uma regulação externa, como é o caso desde há já alguns anos, pelo menos putativamente, na União Europeia? A resposta de José Magalhães é claríssima. A auto-regulação não chega de todo; nem sempre a lógica do mercado coincide com os imperativos éticos e políticos prudencialmente mínimos. Tendo a concordar. E noto que não somos os únicos. No passado dia 2 de março de 2023, o Presidente Joe Biden promulgou, com pompa e circunstância, uma nova *National Cyber Security Strategy*. O documento é notável e preciso; o que está em causa, de acordo com a nova Estratégia Nacional norte-americana, impõe um “novo contrato social” que “re-equilibra” a responsabilidade de gerar um novo contratualismo centrado numa cibersegurança nacional resiliente para fazer frente a “nações maliciosas” e a “tecnologias emergentes”. E continua o texto de Biden: “no seu apelo para novos princípios de ciberresiliência, o documento reverte décadas de práticas aceites do sector privado e constrangimentos sobre o Governo. Vai para além da retórica ao declarar que o Governo deve utilizar as suas autoridades para corrigir incentivos desalinhados que põem em causa um ecossistema digital florescente”. Se houver a *compliance* exigida, trata-se de um autêntico xeque-mate, “constitucionalizado” ao nível federal. Redes combatem-se com redes. Esperemos que as do Estado norte-americano se alinhem com as europeias em

termos de pelo menos uma relativa eficácia. A alternativa parece-me ser, caso tal não seja logrado, um futuro gerido pelas *big corporations*. O que soletraria, pelo menos potencialmente, o fim de Democracia, pelo menos tal como a conhecemos.

Gostaria de realçar, finalmente, que obras digitais como esta saldam-se, entre outras coisas, como um convite ao aprofundamento de um debate que a todos nós devia interessar. O impressionante manancial de fontes de informação, típico das obras que utilizam métodos de análise científicos fica bem na Biblioteca Digital do *TICtank.pt*, um site que tem dado um contributo notável à divulgação de obras sobre o novo Mundo em que vivemos de maneira cada vez mais intensa. O Autor e a Biblioteca estão de parabéns. Que muitos trabalhos deste calibre se lhe sigam.

Armando Marques Guedes
Professor Catedrático Jubilado,
NOVA School of Law, Universidade Nova de Lisboa